

Fundo Vale - FV

Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017



Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável
Demonstrações financeiras
Conteúdo

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	10
1. Objetivos Sociais	
2. Resumo das principais práticas contábeis	
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	
4. Disponibilidades	
5. Recursos repassados	
6. Recursos de projetos	
7. Patrimônio Líquido	
8. Receitas de Doações para Projetos	
9. Despesas Gerais e Administrativas	
10. Remuneração do Pessoal Chave da Administração	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	18

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
Associação Vale Para o Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale
Nova Lima – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Vale em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – ITG 2002 (R1), complementadas pela norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos

independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos

no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho

Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – ITG 2002 (R1), complementadas pela norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas – Pronunciamento técnico CPC PME contabilidade para

pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com a responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriadas e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábeis de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2018.



PREMIUMBRAVO
Auditores Independentes
CRC- RJ 004216/8 S/MG



LUIS AURÊNIO BARRETTO
Contador
CRC-RJ 076875/0 S/MG

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2017	2016
Receitas Operacionais			
Receitas de doações para projetos	8	1.151	8.401
Recursos aplicados em projetos	8	(1.584)	(12.378)
Superávit (Déficit) bruto		(433)	(3.977)
Receitas (Despesas)			
Doações para custeio do administrativo		320	550
Despesas gerais e administrativas	9	(244)	(518)
Outras receitas			4
Total		76	36
Déficit antes do resultado financeiro		(357)	(3.941)
Receita financeira		122	531
Despesa financeira		(1)	(2)
		121	529
Superávit (Déficit) do Exercício		(236)	(3.412)

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Superávit (Déficit) do exercício	(236)	(3.412)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(236)	(3.412)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Superávit (Déficit) do exercício	(236)	(3.412)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	37	50
Variações de ativos e passivos:		
Recursos repassados	265	4.543
Recursos de projetos	(717)	(1.640)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(651)	(459)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	-
Diminuição do Caixa e equivalentes de caixa no exercício	(651)	(459)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.593	2.052
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	942	1.593

Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	942	1.593
Recursos repassados	5	477	742
		1.419	2.335
Ativo não circulante			
Intangíveis		2	39
		2	39
Total do ativo		1.421	2.374
Passivo			
Passivo circulante			
Recursos de projetos		48	764
Outros		-	1
		48	765
Total do passivo		48	765
Total do patrimônio social		1.373	1.609
Total do passivo e patrimônio líquido		1.421	2.374

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	PATRIMÔNIO SOCIAL	(SUPERÁVIT/DÉFICIT) ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.021		5.021
Resultado do Período		(3.412)	(3.412)
Incorporação ao Patrimônio Social	(3.412)	3.412	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.609		1.609
Resultado do Período		(236)	(236)
Incorporação ao Patrimônio Social	(236)	236	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.373		1.373

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. OBJETIVOS SOCIAIS

A Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (“Associação”), conhecida como Fundo Vale, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, constituída em 30 de junho de 2009, para promover o desenvolvimento sustentável ao induzir, conectar ou multiplicar soluções transformadoras para as sociedades, mercados e meio ambiente.

Se mantém por meio de doações espontâneas e outras, efetuadas por seus Associados Mantenedores, em dinheiro ou comodato de bens móveis e imóveis, com o intuito de garantir a execução dos objetivos que a Associação Vale pretende alcançar. Possui título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), concedido pelo Ministério da Justiça.

Para atender a sua missão, apoia financeiramente ou com serviços, as seguintes atividades:

- ✓ Monitoramento, conservação ambiental e apoio à criação de novas áreas de conservação em biomas relevantes para a sustentabilidade.
- ✓ Manutenção e consolidação de unidades de conservação, parques botânicos, zoo-botânicos e viveiros bem como patrimônio neles existentes, incluindo, benfeitorias atuais e futuras, apoiando a criação, aprimoramento e execução dos respectivos planos de uso e manejo.
- ✓ Desenvolvimento e apoio à implantação e execução de projetos de recuperação de áreas degradadas, de sistemas agroflorestais e de arborização urbana, em áreas públicas e privadas, e atividades ligadas à produção e plantação de mudas.
- ✓ Desenvolvimento de estudos visando a estimular a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, com a consequente melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.
- ✓ Apoio ou desenvolvimento de estudos de impacto ambiental decorrentes das atividades comerciais e industriais, de modo a prevenir a degradação ambiental, em todas as duas manifestações, assegurando a mais ampla participação da sociedade civil.
- ✓ Apoio à criação de novas formas de governança e gestão pública e privada, voltadas ao desenvolvimento sustentável.
- ✓ Apoio a criação de uma infraestrutura física e institucional que possibilite compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável no Brasil e em países em desenvolvimento.
- ✓ Estímulo a parceria, ao diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem a interesses comuns.
- ✓ Contratação de pessoas e serviços, podendo firmar convênios, acordos, contratos, termos de cooperação, troca de informações, adesões, realizar ou apoiar projetos, programas, pesquisas e parcerias de qualquer natureza com organismos ou entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais.
- ✓ Comercialização de produtos e serviços ligados aos seus objetivos institucionais, visando sua auto sustentabilidade, observando o disposto no artigo 3 do Estatuto; e
- ✓ Desenvolvimento de quaisquer outras atividades lícitas que se coadunem com a sua missão institucional.

Atualmente a Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável, conforme legislação em vigor, está inserida no contexto das entidades, como: associações e fundações privadas sem fins lucrativos, independentes de atuarem

com educação, saúde ou assistência social, isentas do recolhimento do Imposto de Renda, e da CSLL, desde que cumpram alguns requisitos estabelecidos na legislação.

Para tanto, é imprescindível que estas instituições atendam às exigências legais, para que tenham direito aos benefícios, ou não venham a perdê-los em virtude de descumprimento das regras e requisitos exigidos.

No âmbito Federal, a isenção do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) está disciplinada pela Lei nº 9.532/97 (Art. 15), que concede o benefício às instituições de caráter:

- Filantrópico
- Recreativo
- Cultural e científico, e

As associações civis que prestem serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a quem se destinam, sem fins lucrativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis da Associação (“demonstrações contábeis”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas (“CPC PME”) e das Normas Brasileiras de Contabilidade para Entidade sem Finalidade de Lucros (“ITG 2002 R1”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Associação.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses.

2.3 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.4 Tributos a pagar

Referem-se, substancialmente, a impostos e contribuições retidos sobre a prestação de serviços de terceiros.

2.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para a liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.6 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.7 Superávit (déficit) acumulado

O Superávit (déficit) acumulado é formado pelo excesso das receitas sobre as despesas desde a criação da Associação.

2.8 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida dos mantenedores/financiadores, a Vale S.A. e Mitsui S.A., cuja as receitas de doações foram aplicadas exclusivamente em apoio a projetos e a CPBS - Cia Portuária Baía de Sepetiba e a Salobo Metais S.A., bem como para o custeio administrativo, no curso normal das atividades da Associação Vale.

A Associação reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação, conforme descrição a seguir.

(a) Mensalidades de doações

As receitas de doações representam os créditos oriundos dos mantenedores/financiadores decorrentes dos projetos realizados pela Associação. As doações são reconhecidas como receitas, a medida que o custo dos projetos são incorridos através da prestação de contas dos parceiros-executores.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

2.9 Apuração das despesas

As despesas são registradas pelo regime de competência.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Considerando a natureza e a complexidade das operações da Associação, na opinião da administração, as estimativas contábeis e julgamentos feitos no curso da preparação dessas demonstrações contábeis não são difíceis, subjetivas ou complexas em um grau que requeresse sua descrição como crítica.

4. DISPONIBILIDADES

São representadas por numerário em caixa e bancos:

2017

2016

Aplicações financeiras	911	1.341
Bancos	31	252
Total	942	1.593

O saldo de aplicações financeiras é referente a Debêntures emitidas pelo Banco Bradesco S.A., que são remuneradas entre 98,5% e 100,25% da taxa DI, e aplicações em CDB, que são remuneradas por 95% da taxa DI. O valor contábil dessas aplicações se aproximam ao seu valor de mercado.

5. RECURSOS REPASSADOS

São recursos financeiros do fundo de apoio a projetos, repassados aos parceiros-executores, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável.

Os valores repassados para aplicação em projetos são registrados no ativo. Quando as organizações responsáveis pelos projetos prestam contas da destinação dos recursos, são efetuados os lançamentos de baixa do ativo em contrapartida da conta “Recursos aplicados em projetos” no resultado do exercício.

Os exercícios de 2017 e 2016 apresentam saldos de recursos repassados com prestações de contas pendentes de aprovação para as seguintes organizações:

	2017	2016
Centro de Estudos Avanç. de Prom. Social e Ambiental		71
Instituto Centro e Vida		6
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável		24
Instituto Florestal Tropical		8
Equipe de Conservação da Amazônia		62
Organização Nações Unidas p/ Educação, a Ciência e a Cultura	458	381
Instituto Internacional de Educação do Brasil		167
Oficina Escola de Lutheria Amazônia		23
Sitawi	19	
Total	477	742

Projetos atuais

Desde a sua criação, a Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável organiza o apoio a projetos em três programas:

- ✓ **Monitoramento estratégico** - Busca potencializar iniciativas de monitoramento e políticas de intervenção, com base na geração e uso de informação estratégica para a conservação dos recursos naturais, a redução da sua degradação e o desenvolvimento sustentável das populações locais.
- ✓ **Áreas protegidas e biodiversidade** – Visa promover a gestão integrada das áreas protegidas, em conexão e sinergia com as estratégias de desenvolvimento local, regional e nacional, de forma a demonstrar a sua contribuição para os territórios e garantir a sustentabilidade destas áreas e de seus povos.
- ✓ **Municípios verdes** – Apoia uma nova agenda de desenvolvimento sustentável dos municípios, com engajamento dos atores locais, conciliando gestão ambiental efetiva e economia local de base sustentável.

Temas e áreas de atuação

O Fundo Vale foi criado para atuar em biomas críticos e focou sua atuação na Amazônia desde 2009, quando foi criado. Suas atividades, em 2017, abrangeram o apoio a 16 projetos (14 em fase de encerramento), distribuídos em sete Estados, a saber: Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amapá e Maranhão. Seu modelo de atuação busca conectar atores e ações para a transformação sustentável do território, numa visão de desenvolvimento integrado.

Os projetos apoiados no ano tiveram como foco o estímulo a cadeias produtivas sustentáveis de base florestal, que valorizam a floresta em pé e a baixa emissão de carbono, e resultam na melhoria da geração de renda das populações locais e na conservação dos recursos naturais do bioma. Nesses projetos, buscou apoiar temas que favoreçam a um ambiente de negócios sustentáveis, como governança local, políticas públicas, fortalecimento do capital humano e ordenamento territorial, entre outros.

Carteira de projetos em 2017

	Nome do Projeto	Organização	Escopo	Localização
1	Fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais em Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade	Ecam – Equipe de Conservação da Amazônia	Consolidar estratégia de desenvolvimento Econômico Sustentável de povos e comunidades tradicionais a partir dos produtos da Sociobiodiversidade no em Rondônia.	TIs Sete de Setembro, Zoró, Iguapé Lourdes, Roosevelt, Serra Morena, Aripuanã, Parque do Aripuanã. Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna, Igarapé Ribeirão, Pacaas Novas, Negro Guaia, Sagarenha, Rio Guaporé, Rio Cautário, Rio Branco e Massaco (RO/ MT).
2	Fortalecimento da Gestão Socioambiental em Rondônia	Ecam – Equipe de Conservação da Amazônia	Fomento a um programa de municípios sustentáveis; fortalecimento da gestão municipal; apoio ao fortalecimento indígena.	Municípios de Porto Velho e Cacoal, além do Corredor Tupi-Mondé (RO).
3	Modelos alternativos para os negócios dos produtos da sociobiodiversidade amazônica	FVA – Fundação Vitória Amazônica	Construção de modelos alternativos de gestão de empreendimentos comunitários para a sustentabilidade dos produtos da sociobiodiversidade amazônica.	Baixo Rio Negro, Região Metropolitana de Manaus (AM) e Calha Norte Paraense (PA).
4	Gente para Conservação e Conservação para Gente - Formando lideranças para o futuro do baixo Rio Negro	FVA – Fundação Vitória Amazônica	Formação de lideranças; fortalecimento dos atores que interagem nas Ucs do Rio Negro; desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis (castanha); fortalecimento dos municípios da região metropolitana de Manaus.	Municípios do Baixo Rio Negro e da Região Metropolitana de Manaus (AM).

	Nome do Projeto	Organização	Escopo	Localização
5	Produção de Cadeias Produtivas Sustentáveis Locais do Protocolo Comunitário do Bailique (AP)	GTA – Grupo de Trabalho Amazônico / OELA	Consolidar cadeias produtivas locais, mapeadas no protocolo, e fortalecer associação de comunidades para a produção.	Arquipélago do Bailique (AP)
6	Protocolo Comunitário do Amapá	GTA – Grupo de Trabalho Amazônico / OELA	Construção do primeiro protocolo comunitário participativo para definição de critérios para o uso sustentável da biodiversidade no Arquipélago do Bailique.	Arquipélago do Bailique (AP)
7	Produção familiar sustentável na Amazônia Mato-grossense	ICV – Instituto Centro de Vida	Consolidar empreendimentos sustentáveis para a agricultura familiar no município.	Municípios de Cotriguaçu, Colniza, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Paranaíta, Apicacás e Alta Floresta (MT).
8	Noroeste do Mato Grosso	ICV – Instituto Centro de Vida	Fortalecimento da gestão municipal em Cotriguaçu e municípios do entorno, apoio ao Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis e à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).	Municípios de Cotriguaçu, Colniza, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Paranaíta, Apicacás e Alta Floresta (MT).
9	Cadeias de produção agroflorestal e silvipastoril no Sul do Amazonas	Idesam - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	Preparar atores e organizações para estruturação de cadeias produtivas para atrair novos produtores, investimentos e consumidores (pecuária silvipastoril, sistemas agroflorestais e restauração florestal).	Município de Apuí (AM)
10	Apoio ao fortalecimento das cadeias de valor sustentáveis no sul do Amazonas	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	Construir uma estratégia de cooperação técnica e organizacional com instituições do sul do Amazonas voltada para o fortalecimento das cadeias de valor sustentáveis na região	Municípios de Boca do Acre, Lábrea e Manicoré (AM)
11	Ordenamento Territorial no Sul do Amazonas	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	Ordenamento territorial em áreas de várzea e em unidades de conservação; fortalecimento de espaços de governança.	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Humaitá, Canutama e Manicoré (AM)

	Nome do Projeto	Organização	Escopo	Localização
12	Florestas Comunitárias	IFT – Instituto Floresta Tropical	Estabelecer modelos de gestão comunitária para o uso e comercialização de produtos florestais visando a conservação ambiental, geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local.	Municípios de Lábrea (AM); Porto de Moz (PA); Breves (PA)
13	Centro Floresta Ativa no apoio a cadeias produtivas da Sociobiodiversidade (PA)	Projeto Saúde e Alegria	Aprofundar ações demonstrativas iniciadas no apoio à agricultura familiar, manejo florestal, recuperação de áreas degradadas, implantação de quintais agroflorestais e roçados agroecológicos, além de estruturação das cadeias produtivas florestais.	Resex Tapajós-Arapiuns; Flona do Tapajós, municípios de Santarém e Aveiro (PA).
14	Desenvolvimento Territorial Integrado em Unidades de Conservação da Amazônia	Projeto Saúde e Alegria	Apoio ao desenvolvimento territorial integrado (Resex Tapajós-Arapiuns – PA); desenvolvimento de novas tecnologias para o uso sustentável dos recursos naturais; formação de lideranças; agroecologia.	Resex Tapajós-Arapiuns; Flona do Tapajós, municípios de Santarém e Aveiro (PA).
15	Apoio na construção e consolidação de cadeias produtivas sustentáveis da pesca artesanal na costa da Amazônia brasileira	UNESCO	Estruturação da cadeia de valor da pesca artesanal na Costa Amazônica, conciliando a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e a melhoria das condições de vida das populações tradicionais.	Costa dos estados do Amapá, Pará e Maranhão.
16	Fundo de Aprendizado com Negócios de Impacto	SITAWI	Mobilizar capital para impacto socioambiental positivo, atuando na gestão de capital filantrópico de forma eficiente integrando questões socioambientais na tomada de decisão dos atores envolvidos.	Em todo território nacional

6. RECURSOS DE PROJETOS

Esta rubrica representa recursos oriundos de seus Mantenedores e Financiadores para garantir a execução dos projetos de preservação e conservação do meio ambiente, mantidos pelos parceiros da Associação. À medida que os parceiros-executores prestam contas dos recursos repassados e aplicados nos projetos (aprovados pela Associação), esses recursos são contabilizados na rubrica “Receita de doações”, no resultado do exercício.

2017

2016

Mantenedores		
Vale S/A	48	364
Total	48	364

Financiadores		
Mitsui S/A		400
Total		400

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Associação é constituído pelo superávit acumulado oriundo do excesso de receitas sobre as despesas de suas atividades sociais desde a sua constituição até a presente data. É investido de acordo com os objetivos estatutários e com planos que tenham em vista a garantia real dos investimentos e a manutenção do seu poder aquisitivo.

8. RECEITAS DE DOAÇÕES PARA PROJETOS

	2017	2016
Receitas operacionais		
Doações para projetos	1.151	8.401
Total	1.151	8.401

A seguir, a composição dos recursos aplicados por parceiros:

	2017	2016
Equipe de Conservação da Amazônia – ECAM	62	1.073
Instituto Centro de Vida – ICV	6	1.084
Instituto de Conservação e Desenv. Sust. – IDESAM	23	473
Instituto de Manejo e Cert. Florestal e Agric – IMAFLORA		955
Instituto Floresta Tropical – IFT		606
Instituto Internacional de Educ do Brasil – IEB	168	2.470
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO	1.181	1.595
Fundação Vitória Amazônia – FVA		306
Instituto Socioambiental – ISA		2.260
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS	73	707
Oficina Escola de Luteria Amazônica – OELA	24	564
Projeto Todos pelo Rio Doce – TPRD	33	
Forest Triends Association – FT		33
Conservação Estratégica – CSF		252
Sitawi	14	
Total	1.584	12.378

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são compostas por gastos necessários à Administração da Associação. Durante os exercícios de 2017 e 2016, estas despesas foram compostas, em grande parte, por prestadores de serviços pessoas jurídicas e patrocínio e evento de parceiros:

	2017	2016
Serviços prestados – Pessoa Jurídica	64	65
Viagens e representações	2	115
Promoção e Divulgação / Eventos	12	91
Tributos e contribuições	32	82
Outros	134	165
Total	244	518

10. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os integrantes do Conselho Gestor, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva não são remunerados pela Associação.

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretora

Patrícia Daros
Diretora

Responsável Técnico

Angelo Luiz Butturini
Contador
CRC-RJ 056186-O/8
